



Ciência Política: Poder e Establishment 2

Elói Martins Senhoras
(Organizador)



Ciência Política: Poder e Establishment 2

Elói Martins Senhoras
(Organizador)

Editora Chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Assistentes Editoriais

Natalia Oliveira

Bruno Oliveira

Flávia Roberta Barão

Bibliotecária

Janaina Ramos

Projeto Gráfico e Diagramação

Natália Sandrini de Azevedo

Camila Alves de Cremo

Luiza Alves Batista

Maria Alice Pinheiro

Imagens da Capa

Shutterstock

Edição de Arte

Luiza Alves Batista

Revisão

Os Autores

2021 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do Texto © 2021 Os autores

Copyright da Edição © 2021 Atena Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelos autores.



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.

A Atena Editora é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação, evitando plágio, dados ou resultados fraudulentos e impedindo que interesses financeiros comprometam os padrões éticos da publicação. Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais

Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília

Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Crisóstomo Lima do Nascimento – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Cristina Gaió – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionale delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Profª Drª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Pablo Ricardo de Lima Falcão – Universidade de Pernambuco
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Saulo Cerqueira de Aguiar Soares – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Vanessa Ribeiro Simon Cavalcanti – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Prof. Dr. Arinaldo Pereira da Silva – Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás
Profª Drª Carla Cristina Bauermann Brasil – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Cleberton Correia Santos – Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Gírlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jael Soares Batista – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Jayme Augusto Peres – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília
Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Daniela Reis Joaquim de Freitas – Universidade Federal do Piauí
Profª Drª Débora Luana Ribeiro Pessoa – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Douglas Siqueira de Almeida Chaves – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Profª Drª Elizabeth Cordeiro Fernandes – Faculdade Integrada Medicina
Profª Drª Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília
Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Profª Drª Eysler Gonçalves Maia Brasil – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira
Prof. Dr. Fernando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Fernanda Miguel de Andrade – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Dr. Fernando Mendes – Instituto Politécnico de Coimbra – Escola Superior de Saúde de Coimbra
Profª Drª Gabriela Vieira do Amaral – Universidade de Vassouras
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Helio Franklin Rodrigues de Almeida – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Iara Lúcia Tescarollo – Universidade São Francisco
Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Jefferson Thiago Souza – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Jesus Rodrigues Lemos – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Jônatas de França Barros – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Luís Paulo Souza e Souza – Universidade Federal do Amazonas
Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Marcus Fernando da Silva Praxedes – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Maria Tatiane Gonçalves Sá – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federacl do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá
Prof. Dr. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Regiane Luz Carvalho – Centro Universitário das Faculdades Associadas de Ensino
Profª Drª Renata Mendes de Freitas – Universidade Federal de Juiz de Fora
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Welma Emidio da Silva – Universidade Federal Rural de Pernambuco

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Profª Drª Ana Grasielle Dionísio Corrêa – Universidade Presbiteriana Mackenzie
Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Cleiseano Emanuel da Silva Paniagua – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás
Prof. Dr. Douglas Gonçalves da Silva – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Profª Drª Érica de Melo Azevedo – Instituto Federal do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Profª Dra. Jéssica Verger Nardeli – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande

Profª Drª Luciana do Nascimento Mendes – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá
Prof. Dr. Marco Aurélio Kistemann Junior – Universidade Federal de Juiz de Fora
Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Priscila Tessmer Scaglioni – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Sidney Gonçalves de Lima – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Linguística, Letras e Artes

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Angeli Rose do Nascimento – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
Profª Drª Carolina Fernandes da Silva Mandaji – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Profª Drª Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Edna Alencar da Silva Rivera – Instituto Federal de São Paulo
Profª Drª Fernanda Tonelli – Instituto Federal de São Paulo,
Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná
Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará
Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia

Conselho Técnico Científico

Prof. Me. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Me. Adalberto Zorzo – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza
Prof. Dr. Adailson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí
Profª Ma. Adriana Regina Vettorazzi Schmitt – Instituto Federal de Santa Catarina
Prof. Dr. Alex Luis dos Santos – Universidade Federal de Minas Gerais
Prof. Me. Alexsandro Teixeira Ribeiro – Centro Universitário Internacional
Profª Ma. Aline Ferreira Antunes – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Amanda Vasconcelos Guimarães – Universidade Federal de Lavras
Prof. Me. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Profª Ma. Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa
Profª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Profª Drª Andrezza Miguel da Silva – Faculdade da Amazônia
Profª Ma. Anelisa Mota Gregoleti – Universidade Estadual de Maringá
Profª Ma. Anne Karynne da Silva Barbosa – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Antonio Hot Pereira de Faria – Polícia Militar de Minas Gerais
Prof. Me. Armando Dias Duarte – Universidade Federal de Pernambuco
Profª Ma. Bianca Camargo Martins – UniCesumar
Profª Ma. Carolina Shimomura Nanya – Universidade Federal de São Carlos
Prof. Me. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Me. Carlos Augusto Zilli – Instituto Federal de Santa Catarina
Prof. Me. Christopher Smith Bignardi Neves – Universidade Federal do Paraná
Profª Drª Cláudia de Araújo Marques – Faculdade de Música do Espírito Santo
Profª Drª Cláudia Taís Siqueira Cagliari – Centro Universitário Dinâmica das Cataratas
Prof. Me. Clécio Danilo Dias da Silva – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Me. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Profª Ma. Daniela da Silva Rodrigues – Universidade de Brasília
Profª Ma. Daniela Remião de Macedo – Universidade de Lisboa

Profª Ma. Dayane de Melo Barros – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Me. Douglas Santos Mezacas – Universidade Estadual de Goiás
Prof. Me. Edevaldo de Castro Monteiro – Embrapa Agrobiologia
Prof. Me. Edson Ribeiro de Britto de Almeida Junior – Universidade Estadual de Maringá
Prof. Me. Eduardo Gomes de Oliveira – Faculdades Unificadas Doctum de Cataguases
Prof. Me. Eduardo Henrique Ferreira – Faculdade Pitágoras de Londrina
Prof. Dr. Edwaldo Costa – Marinha do Brasil
Prof. Me. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita
Prof. Me. Ernane Rosa Martins – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás
Prof. Me. Euvaldo de Sousa Costa Junior – Prefeitura Municipal de São João do Piauí
Prof. Dr. Everaldo dos Santos Mendes – Instituto Edith Theresa Hedwing Stein
Prof. Me. Ezequiel Martins Ferreira – Universidade Federal de Goiás
Profª Ma. Fabiana Coelho Couto Rocha Corrêa – Centro Universitário Estácio Juiz de Fora
Prof. Me. Fabiano Eloy Atilio Batista – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Me. Felipe da Costa Negrão – Universidade Federal do Amazonas
Prof. Me. Francisco Odécio Sales – Instituto Federal do Ceará
Prof. Me. Francisco Sérgio Lopes Vasconcelos Filho – Universidade Federal do Cariri
Profª Drª Germana Ponce de Leon Ramírez – Centro Universitário Adventista de São Paulo
Prof. Me. Gevair Campos – Instituto Mineiro de Agropecuária
Prof. Me. Givanildo de Oliveira Santos – Secretaria da Educação de Goiás
Prof. Dr. Guilherme Renato Gomes – Universidade Norte do Paraná
Prof. Me. Gustavo Krahl – Universidade do Oeste de Santa Catarina
Prof. Me. Helton Rangel Coutinho Junior – Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Profª Ma. Isabelle Cerqueira Sousa – Universidade de Fortaleza
Profª Ma. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Me. Javier Antonio Albornoz – University of Miami and Miami Dade College
Prof. Me. Jhonatan da Silva Lima – Universidade Federal do Pará
Prof. Dr. José Carlos da Silva Mendes – Instituto de Psicologia Cognitiva, Desenvolvimento Humano e Social
Prof. Me. Jose Elyton Batista dos Santos – Universidade Federal de Sergipe
Prof. Me. José Luiz Leonardo de Araujo Pimenta – Instituto Nacional de Investigación Agropecuaria Uruguay
Prof. Me. José Messias Ribeiro Júnior – Instituto Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco
Profª Drª Juliana Santana de Curcio – Universidade Federal de Goiás
Profª Ma. Juliana Thaisa Rodrigues Pacheco – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Kamilly Souza do Vale – Núcleo de Pesquisas Fenomenológicas/UFPA
Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia
Profª Drª Karina de Araújo Dias – Prefeitura Municipal de Florianópolis
Prof. Dr. Lázaro Castro Silva Nascimento – Laboratório de Fenomenologia & Subjetividade/UFPR
Prof. Me. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Ma. Lilian Coelho de Freitas – Instituto Federal do Pará
Profª Ma. Lilian de Souza – Faculdade de Tecnologia de Itu
Profª Ma. Liliani Aparecida Sereno Fontes de Medeiros – Consórcio CEDERJ
Profª Drª Lívia do Carmo Silva – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Lucio Marques Vieira Souza – Secretaria de Estado da Educação, do Esporte e da Cultura de Sergipe
Prof. Dr. Luan Vinicius Bernardelli – Universidade Estadual do Paraná
Profª Ma. Luana Ferreira dos Santos – Universidade Estadual de Santa Cruz
Profª Ma. Luana Vieira Toledo – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Me. Luis Henrique Almeida Castro – Universidade Federal da Grande Dourados
Prof. Me. Luiz Renato da Silva Rocha – Faculdade de Música do Espírito Santo
Profª Ma. Luma Sarai de Oliveira – Universidade Estadual de Campinas
Prof. Dr. Michel da Costa – Universidade Metropolitana de Santos

Prof. Me. Marcelo da Fonseca Ferreira da Silva – Governo do Estado do Espírito Santo
Prof. Dr. Marcelo Máximo Purificação – Fundação Integrada Municipal de Ensino Superior
Prof. Me. Marcos Aurelio Alves e Silva – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo
Profª Ma. Maria Elanny Damasceno Silva – Universidade Federal do Ceará
Profª Ma. Marileila Marques Toledo – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Prof. Dr. Pedro Henrique Abreu Moura – Empresa de Pesquisa Agropecuária de Minas Gerais
Prof. Me. Pedro Panhoca da Silva – Universidade Presbiteriana Mackenzie
Profª Drª Poliana Arruda Fajardo – Universidade Federal de São Carlos
Prof. Me. Rafael Cunha Ferro – Universidade Anhembi Morumbi
Prof. Me. Ricardo Sérgio da Silva – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Me. Renan Monteiro do Nascimento – Universidade de Brasília
Prof. Me. Renato Faria da Gama – Instituto Gama – Medicina Personalizada e Integrativa
Profª Ma. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal
Prof. Me. Robson Lucas Soares da Silva – Universidade Federal da Paraíba
Prof. Me. Sebastião André Barbosa Junior – Universidade Federal Rural de Pernambuco
Profª Ma. Silene Ribeiro Miranda Barbosa – Consultoria Brasileira de Ensino, Pesquisa e Extensão
Profª Ma. Solange Aparecida de Souza Monteiro – Instituto Federal de São Paulo
Profª Ma. Taiane Aparecida Ribeiro Nepomoceno – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Prof. Me. Tallys Newton Fernandes de Matos – Faculdade Regional Jaguaribana
Profª Ma. Thatianny Jasmine Castro Martins de Carvalho – Universidade Federal do Piauí
Prof. Me. Tiago Silvio Dedoné – Colégio ECEL Positivo
Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

Ciência política: poder e establishment 2

Bibliotecária: Janaina Ramos
Diagramação: Maria Alice Pinheiro
Correção: Vanessa Mottin de Oliveira Batista
Edição de Arte: Luiza Alves Batista
Revisão: Os Autores
Organizador: Elói Martins Senhoras

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

C569 Ciência política: poder e establishment 2 / Organizador Elói Martins Senhoras. – Ponta Grossa - PR: Atena, 2021.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-5983-116-6

DOI 10.22533/at.ed.166213105

1. Ciência política. 2. Poder. 3. Establishment. I. Senhoras, Elói Martins (Organizador). II. Título.

CDD 320

Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

Atena Editora

Ponta Grossa – Paraná – Brasil

Telefone: +55 (42) 3323-5493

www.atenaeditora.com.br

contato@atenaeditora.com.br

DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores desta obra: 1. Atestam não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao artigo científico publicado; 2. Declaram que participaram ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certificam que os artigos científicos publicados estão completamente isentos de dados e/ou resultados fraudulentos; 4. Confirmam a citação e a referência correta de todos os dados e de interpretações de dados de outras pesquisas; 5. Reconhecem terem informado todas as fontes de financiamento recebidas para a consecução da pesquisa.

APRESENTAÇÃO

As Ciências Políticas caracterizam-se como um campo de estudos e práticas em constante evolução e transformações conceituais, discursivas e temáticas que têm sistematicamente passado por diferentes renovações analíticas, teórico-metodológicas e de objetos ao longo do tempo, contribuindo assim para uma prolífera agenda de pesquisas com diferentes níveis de foco e abrangência.

Partindo da ampla capacidade dialógica de um campo científico relativamente aberto à pluralidade dialógica, o presente livro “Ciência Política: Poder e *Establishment* 2” apresenta uma instigante agenda de diferenciados estudos políticos sobre um conjunto amplo de temas da realidade política internacional e nacional.

O objetivo desta obra é apresentar a riqueza do campo científico das Ciências Políticas a partir de uma abrangente agenda de estudos que valoriza a pluralidade temática, metodológica e teórica para analisar a realidade do poder e da ação política humana em diferentes escalas espaciais e periodizações temporais.

Fundamentado por uma pluralidade epistemológica e por distintos níveis de análise no campo das Ciências Políticas, o presente livro apresenta 21 capítulos que obedecem a uma lógica de funil em três partes identificadas, respectivamente por micro, meso e macroanálises sobre os diferentes temas e atores que manifestam campos de poder e de ação política.

Fruto de um trabalho coletivo, desenvolvido por um conjunto de pesquisadoras e pesquisadores oriundos de distintos estados de todas as macrorregiões brasileiras, este livro faz um imersivo estudo sobre com base em microanálises sobre movimentos sociais e realidades locais, mesoanálises focadas nos estados do Piauí, Maranhão e Alagoas, e, macroanálises relacionadas a temas nacionais e internacionais.

A natureza exploratória, descritiva e explicativa dos capítulos do presente livro combina distintas abordagens qualitativas, paradigmas teóricos e recortes metodológicos de levantamento e análise de dados primários e secundários, os quais proporcionam uma imersão aprofundada em uma agenda eclética de estudos.

A indicação deste livro é recomendada para um extenso número de leitores, uma vez que foi escrito por meio de uma linguagem fluída e de uma abordagem didática que valoriza o poder de comunicação e da transmissão de informações e conhecimentos, tanto para um público leigo não afeito a tecnicismos, quanto para um público especializado de acadêmicos interessados por estudos políticos.

Excelente leitura!

Elói Martins Senhoras

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1..... 1

APOIO AOS COLETIVOS DE ECONOMIA SOLIDÁRIAS COMO PROCESSO DE FORTALECIMENTO E DESENVOLVIMENTO LOCAL: Um estudo de caso do RECOOPSOL

Elizabete Maria da Silva

Nely Tocantins

Josita da Rocha Priante

Thamara Nayme de Arruda Nascimento

Oscar Zalla Sampaio Neto

DOI 10.22533/at.ed.1662131051

CAPÍTULO 2..... 12

A ORGANIZAÇÃO DOS MOVIMENTOS SOCIAIS: UM BREVE RESGATE HISTÓRICO DA LUTA DA CLASSE TRABALHADORA ATÉ AS TEORIAS DOS NOVOS MOVIMENTOS SOCIAIS

Livia Almeida Dutra

DOI 10.22533/at.ed.1662131052

CAPÍTULO 3..... 23

A ONTOLOGIA DO BIOPODER PATRIARCAL: O TRAUMA SILENCIOSO DA FEMINIZAÇÃO

Maria Lidia Mattos Valdivia

DOI 10.22533/at.ed.1662131053

CAPÍTULO 4..... 35

AS MULHERES RURAIS SINDICALISTAS: LUTANDO E CONQUISTANDO ESPAÇO

Arminda Rachel Botelho Mourão

Vanessa Fernandes Miranda

DOI 10.22533/at.ed.1662131054

CAPÍTULO 5..... 46

MULHERES TRANS NA POLÍTICA INSTITUCIONAL: UMA BUSCA POR REPRESENTATIVIDADE

Rosana da Silva Chagas

DOI 10.22533/at.ed.1662131055

CAPÍTULO 6..... 54

A INSTITUCIONALIZAÇÃO DE POLÍTICAS REGIONAIS DE DESENVOLVIMENTO: ANÁLISE DO SISTEMA DE PLANEJAMENTO PARTICIPATIVO TERRITORIAL NO PIAUÍ (2007-2020)

Conceição de Maria dos Santos Moura

Maria D'Alva Macedo Ferreira

DOI 10.22533/at.ed.1662131056

CAPÍTULO 7	67
CONSELHOS ESTADUAIS DE POLÍTICAS PÚBLICAS E CONTROLE SOCIAL NO ESTADO DO PIAUÍ	
Francisco Mesquita de Oliveira	
DOI 10.22533/at.ed.1662131057	
CAPÍTULO 8	80
CONCENTRAÇÃO DE TERRAS E A POLÍTICA DE REFORMA AGRÁRIA NO ESTADO DO PIAUÍ	
Clarissa Flávia Santos Araújo	
Alyne Maria Barbosa de Sousa	
DOI 10.22533/at.ed.1662131058	
CAPÍTULO 9	92
LUTA PELO RECONHECIMENTO: A TRAJETÓRIA DA MOBILIZAÇÃO POLÍTICA DAS COMUNIDADES NEGRAS RURAIS QUILOMBOLAS DO MARANHÃO	
Amanda Jaqueline Reis Pereira	
Eva Erlene Franco de Sousa	
Layla Kelly Santos da Silva	
Vanessa Magalhães da Silva	
DOI 10.22533/at.ed.1662131059	
CAPÍTULO 10	103
PAISAGENS CULTURAIS NAS TOADAS DO BUMBA MEU BOI NO MARANHÃO	
Lucilea Ferreira Lopes Gonçalves	
Domingos Bandeira Gonçalves	
DOI 10.22533/at.ed.16621310510	
CAPÍTULO 11	115
A PANDEMIA DO CORONAVÍRUS E SEU IMPACTO NOS NEGÓCIOS DE PEQUENO PORTE EM ALAGOAS: DESIGUALDADES REVELADAS E A NECESSIDADE DE APOIO INSTITUCIONAL	
Laudeny Fábio Barbosa Leão	
DOI 10.22533/at.ed.16621310511	
CAPÍTULO 12	128
A LIBERDADE ECONÔMICA EXPLICA A DEMOCRACIA LATINOAMERICANA?	
Ana Tereza Duarte Lima de Barros	
Felipe Ferreira de Oliveira Rocha	
Katharyne de Andrade Santos	
Lidiane Pascoal Santana	
Luma Neto do Nascimento	
DOI 10.22533/at.ed.16621310512	

CAPÍTULO 13.....	150
ESTADO MÍNIMO PRA QUEM? UMA ANÁLISE SOBRE O PROCESSO DE DESENVOLVIMENTO DO NEOLIBERISMO NO BRASIL	
Ingred Lydiane de Lima Silva	
DOI 10.22533/at.ed.16621310513	
CAPÍTULO 14.....	161
DOS FATOS ÀS VERTIGENS: A (DES)VALORIZAÇÃO DA GESTÃO DEMOCRÁTICA NA CONSTRUÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE PLANEJAMENTO URBANO NO BRASIL	
Elyelthon Silva Álvares	
José Ramiro Esteves Ramos	
DOI 10.22533/at.ed.16621310514	
CAPÍTULO 15.....	172
ENVELHECIMENTO E PROTEÇÃO SOCIAL: A VIOLÊNCIA CONTRA A PESSOA IDOSA E SUA PREVENÇÃO MEDIANTE SERVIÇOS SOCIOASSISTENCIAIS	
Dalila Pereira Machado	
Solange Maria Teixeira	
DOI 10.22533/at.ed.16621310515	
CAPÍTULO 16.....	182
INFLUÊNCIAS E IMPACTOS DAS TRANSFORMAÇÕES TECNOLÓGICAS NO TRABALHO E SISTEMA PREVIDENCIÁRIO	
Luiz Renato de Souza Justiniano	
Carlos Henrique Medeiros de Souza	
Daniele Fernandes Rodrigues	
DOI 10.22533/at.ed.16621310516	
CAPÍTULO 17.....	193
POBREZA E O ATO INFRACIONAL PRATICADO POR ADOLESCENTES SE CONFIGURA COMO UMA EXPRESSÃO DA QUESTÃO SOCIAL?	
Carmem Letícia dos Santos	
Francislane Viana da Cruz	
Maria de Jesus da Silva Lopes	
Thais Tássia Pereira da Silva	
Camila dos Santos Sampaio Carvalho	
Nágila Silva Alves	
Iracema Soares de Oliveira	
Beatriz de Oliveira Lima	
Faustina Emanuelle Nunes Alves	
Johnes Wallas de Sousa Nascimento	
DOI 10.22533/at.ed.16621310517	
CAPÍTULO 18.....	203
A POLÍTICA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (PNAS): DESAFIOS E POSSIBILIDADES DO TRABALHO SOCIAL COM AS FAMÍLIAS NA PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA	
Carmem Letícia dos Santos	

Francislane Viana da Cruz
Maria de Jesus da Silva Lopes
Thais Tássia Pereira da Silva
Camila dos Santos Sampaio Carvalho
Nágila Silva Alves
Iracema Soares de Oliveira
Beatriz de Oliveira Lima
Faustina Emanuelle Nunes Alves
Johnes Wallas de Sousa Nascimento

DOI 10.22533/at.ed.16621310518

CAPÍTULO 19.....213

ATIVISMO, PARTICIPAÇÃO SOCIAL E AMEAÇAS À DEMOCRACIA: UM ESTUDO SOBRE O CONSELHO NACIONAL DE PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL – CNPIR

Avelina Alves Lima Neta
Angela Vieira Neves
Flávio Bezerra de Sousa

DOI 10.22533/at.ed.16621310519

CAPÍTULO 20.....232

A REDUÇÃO DAS DESIGUALDADES NAS EXPERIÊNCIAS PÓS-REVOLUÇÕES SOCIALISTAS DE CHINA E CUBA

Ana Elisa Rola Rodrigues
Guilherme Moreira Romera da Silva

DOI 10.22533/at.ed.16621310520

CAPÍTULO 21.....240

CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA DA GUERRA HÍBRIDA NA ANEXAÇÃO DA CRIMEIA À FEDERAÇÃO RUSSA

Humberto José Lourenção

DOI 10.22533/at.ed.16621310521

SOBRE O ORGANIZADOR.....253

ÍNDICE REMISSIVO.....254

CAPÍTULO 7

CONSELHOS ESTADUAIS DE POLÍTICAS PÚBLICAS E CONTROLE SOCIAL NO ESTADO DO PIAUÍ

Data de aceite: 21/05/2021

Francisco Mesquita de Oliveira

Professor no Departamento de Ciências Sociais e nos Programas de Pós-graduação Sociologia e Gestão Pública da Universidade Federal do Piauí. Mestre em Ciências Políticas e Doutor em Sociologia

Pesquisa realizada com apoio da FAPEPI.

RESUMO: Este trabalho analisa o funcionamento de Conselhos Estaduais de Direitos em Políticas Públicas no Estado do Piauí. Parte de uma pesquisa mais ampla, realizada em 2018, com foco nos aspectos teóricos legais e nas competências desses espaços públicos que reúnem potencial para fortalecer a democracia participativa. Priorizou-se, na elaboração deste trabalho, articulação metodológica entre abordagem qualitativa e quantitativa. Os achados da pesquisa indicam que vinte e um conselhos estaduais de políticas públicas estão institucionalizados no Piauí; atuando em políticas públicas específicas; com representação paritária e; de natureza propositiva, de assessoramento e de controle social. A legislação que os institucionaliza apresenta avanços, mas, na prática, esses espaços apresentam pouca articulação entre si e no exercício de fiscalização das políticas públicas, resultando num baixo resultado de cumprimento de suas competências

legais.

PALAVRAS - CHAVE: Conselhos de políticas públicas. Participação. Piauí.

ABSTRACT: This paper analyzes the functioning of State Councils of Rights in Public Policies in the State of Piauí. Part of a broader research, conducted in 2018, focusing on the legal theoretical aspects and the competencies of these public spaces that bring together the potential to strengthen participatory democracy. In the elaboration of this work, a methodological articulation between qualitative and quantitative approach was prioritized. The research findings indicate that twenty-one state public policy councils are institutionalized in Piauí; acting in specific public policies; with equal representation and; of a propositional nature, advice and social control. The legislation that institutionalizes them presents advances, but, in practice, these spaces have little articulation with each other and in the exercise of supervision of public policies, resulting in a low result of compliance with their legal competences.

KEYWORDS: Public policy Councils. Participation. Piauí.

INTRODUÇÃO

Nas cartas constitucionais brasileira e piauiense a inserção e representação da sociedade civil nos conselhos de políticas públicas estão asseguradas legitimamente, com o intuito da “partilha” do poder deliberativo e do exercício do controle social das políticas públicas. Porém, a inserção ocorre num

ambiente de disputas políticas entre atores distintos (GOHN, 2001; TATAGIBA, 2002; ABERS, et al. 2014).

A legislação piauiense, nesse campo, institucionalizou, até o momento, 21 (vinte e um) Conselhos Estaduais de Controle Social em Políticas Públicas, aqui denominados espaços públicos de participação, os quais foram analisados numa pesquisa denominada “Diagnóstico dos Conselhos Estaduais de Políticas Públicas no Estado do Piauí”, realizada no ano de 2018, com o objetivo de investigar a composição, o funcionamento e as competências desses espaços públicos. O relatório de pesquisa compõe-se de duas partes: aspectos legais constitutivos dos conselhos e aspectos quantitativos sobre seu funcionamento. A pesquisa estruturou-se numa articulação metodológica de aspectos qualitativos e quantitativos. E, este trabalho, portanto, prioriza parte da análise quantitativa dos conselhos pesquisados. Dos 21 espaços públicos identificados, somente 14 responderam o questionário de coleta de dados e disponibilizaram documentos – relatórios, atas, regimentos internos, etc. Em decorrência disso, os dados consolidados e analisados representam uma leitura que, até certo ponto, é limitada sobre um olhar do conjunto dos conselhos estaduais no PI. Mas, a quantidade de questionários respondidos e de documentos coletados mostrou-se representativa para o universo do objeto estudado.

Por fim, nessa parte, os dados empíricos aqui apresentados versam sobre criação, composição funcionamento, participação dos movimentos sociais, infraestrutura, demandas da sociedade e demandas dos conselhos ao governo. São esses aspectos que apresentaremos a seguir.

FUNCIONAMENTO DOS CONSELHOS

A criação dos conselhos de políticas públicas, no estado do Piauí, adota num recorte temporal de dois períodos: antes e pós-Constituição de 1988. Para identificar em qual desses períodos foram criados conselhos, dividiu-se os períodos em sete subperíodos (conforme o gráfico 1), tendo como marco inicial a Constituição Federal e referência final o ano de 2015, início do terceiro mandato de governo do Partido dos Trabalhadores (PT) no Estado. O gráfico 1 apresenta o marco temporal de criação dos espaços públicos pesquisados.

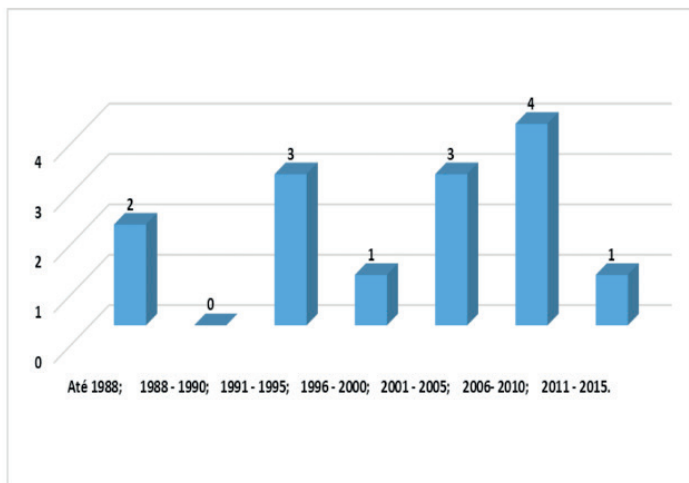


Gráfico 1 – Períodos de criação dos conselhos

Fonte: Elaboração do autor, 2018.

O gráfico acima apresenta dados de criação dos conselhos agrupados também em quadriênio. No Piauí, antes da promulgação da CF/88, existiam dois conselhos: Conselho Estadual de Educação (1963) e Conselho Estadual de Cultura (1965). Mas, o período de alto fluxo na criação de conselhos estaduais de políticas públicas foi entre os anos de 1991 e 2015 (período da redemocratização do Estado brasileiro), com 12 conselhos estaduais instituídos e maior concentração entre os anos de 2001 e 2010. O fato de mais da metade desses espaços ser instituída entre os anos de 2001 e 2015 indica que eles ainda estão em processo de consolidação, portanto, a que considerar o contexto da época de criação, a realidade social da área de atuação e a política pública com a qual estão vinculados.

No gráfico 2, observa-se que a iniciativa de criação dos conselhos, em sua maioria, é do poder público. Apenas os Conselhos dos Direitos da Criança e do Adolescente, de Saúde e de Economia Solidária assinalaram que a criação ocorreu a partir dos movimentos sociais populares, igreja, movimento social sindical, ONG e movimento nacional de economia solidária.

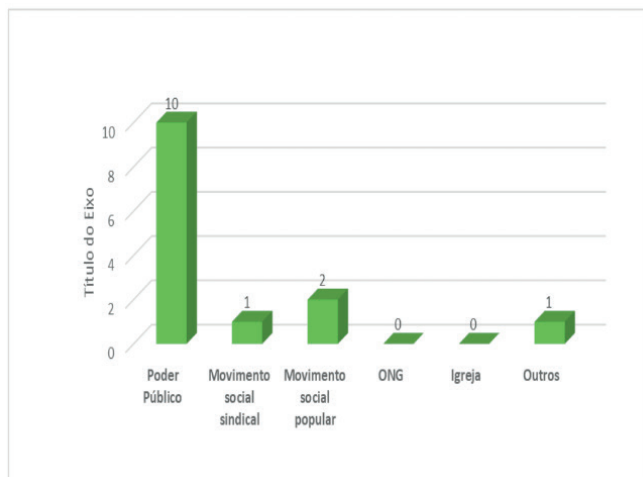


Gráfico 2 – Iniciativa de criação dos conselhos

Fonte: Elaboração do autor, 2018.

Ainda que os questionários afirmem que a maioria dos conselhos teve iniciativa do poder público, é aceitável considerar que o processo de instituição desses espaços públicos envolve em algum aspecto a participação da sociedade civil organizada. Inclusive, porque se trata de órgãos que coordenam, controlam e propõem políticas públicas, na maioria das vezes, em articulação do poder público com a sociedade civil. É inegável que nos últimos 10 anos esses pontos de encontro da sociedade com o Estado maior fluxo de crescimento no PI, indicando que, nesse espaço temporal, houve maior atenção dos governos no envolvimento de setores da sociedade civil com as políticas públicas e com o fortalecimento do controle social.

O gráfico 3 apresenta a natureza dos conselhos e a finalidade para a qual foram instituídos. Os dados indigítam como esses espaços públicos compreendem sua própria natureza, mas esse olhar não coincide totalmente com o que dispõem a lei, porém, preferiu-se manter as informações apresentadas na coleta dos dados primários. Assim, destacam-se três conselhos que disseram ser deliberativos e consultivos; dois consultivos; dois deliberativos e; dois deliberativos e controle social. Os demais se apresentam deliberativos, controle social e consultivos. Há, por parte desses conselhos, razoável compreensão da sua natureza de sua atuação.

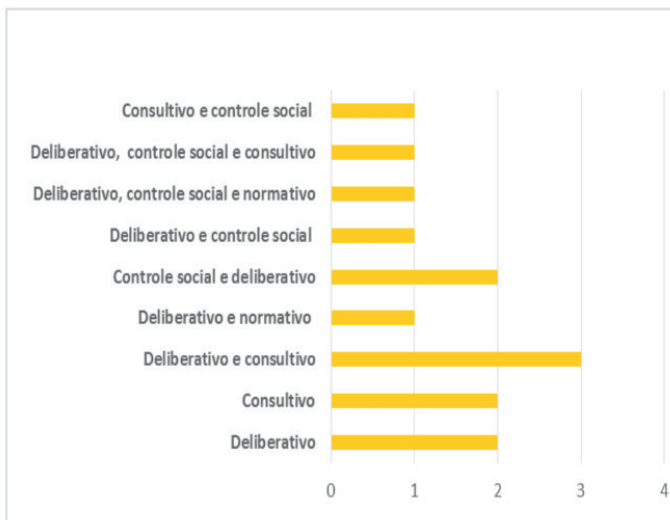


Gráfico 3 – Natureza dos conselhos

Fonte: Elaboração do autor, 2018.

Composição dos conselhos

A maioria dos conselhos estudados apresenta composição paritária (64%), com representações do governo e da sociedade civil. Dos conselhos pesquisados, apenas 14% são tripartites, com representação dos interesses da sociedade, do governo e de usuários de serviços públicos. Os demais conselhos não têm paridade em sua composição, a exemplo do Conselho Estadual de Combate à Pobreza, Conselho Estadual de Educação e Conselho Estadual de Cultura, cuja representação em maior número é governamental. Outra situação identificada foi a do Conselho Estadual da Pessoa Negra, que apresenta maioria de representantes da sociedade civil na sua composição.

A paridade escamoteia um problema real no funcionamento desses espaços públicos, a ideia de que a igualdade numérica, entre os membros dos lados envolvidos no processo, garante o funcionamento em condições equânimes de disputas na construção das políticas públicas. A literatura especializada atesta a fragilidade do conhecimento de conselheiros, especialmente os da sociedade civil, em vista da complexidade da política pública que faz com que, em algumas situações, dois ou três conselheiros dominem a discussão nas reuniões (TATAGIBA, 2002; TEIXEIRA, 2002, INSTITUTO POLIS, 2005).

Mas, essa a falta de conselheiros com domínio de informações sobre as políticas e o funcionamento do conselho é um “velho” desafio que surge ainda nos anos de 1990. Mas, ele aguça possibilidades de construção de parcerias com órgãos públicos (tribunal de contas, ministério público, controladoria, ONGs, escolas de governo, universidade) para investimento em capacitação aos conselheiros.

No funcionamento dos conselhos a distribuição de tarefas por meio de comissões, grupos ou câmaras técnicas se mostrou significativa. O Conselho Estadual de Educação do Piauí tem comissões de educação superior, educação profissional e comissão responsável pela análise, emissão de parecer relacionado à rede municipal de educação e orientação dos municípios sobre organização do Sistema de Ensino. O Conselho Estadual de Políticas Públicas sobre Drogas tem as câmaras técnicas de prevenção, tratamento, reinserção social, redução de danos e acompanhamento de projetos. Já o Conselho Estadual dos Direitos do Idoso possui as comissões de políticas básicas, de comunicação, de garantia de direitos, de orçamento e fundos e de capacitação. O Conselho Estadual da Assistência Social tem as comissões de política da assistência social, de normas da assistência social, de financiamento e orçamento da assistência social e de acompanhamento aos conselhos da assistência social no Estado. No Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente foram identificadas as comissões de análise e acompanhamento de projetos e programas, de garantia de direitos e comunicação e de orçamento e Fundo da Infância e da Adolescência (FIA). Diferentemente dos demais conselhos, o Conselho Estadual de Economia Solidária prevê a existência de comissões que são criadas de acordo com as temáticas construídas no exercício do mandato, com os temas mais urgentes. O Conselho Estadual de Defesa dos Direitos Humanos, embora tenha previsão legal de existência de comissões, no momento da pesquisa se encontravam desativadas.

Em relação aos conselheiros efetivos e suplentes, masculinos e feminino, nos 14 conselhos pesquisados, existia em setembro de 2018, 454 pessoas nomeadas para o cargo de conselho(a), destes 242 eram efetivos e 212 suplentes. Essa diferença se devia a inexistência de números iguais entre conselheiros efetivos e suplentes em alguns conselhos. Por exemplo: os Conselhos de Educação e de Cultura não tinham suplentes para todos os membros efetivos. Além disso, os questionários apresentaram distorção entre o número de cargos efetivos e de suplentes em relação ao que estabelece a legislação estadual. Por isso foi considerado o que estabelece a legislação de criação dos conselhos.

Também foi identificada uma diferença numérica de gênero na participação nos conselhos, do total de conselheiros(a) acima mencionado, somente 63 são do sexo masculino e 150 do sexo feminino e um que se declarou intersexo.¹

A participação de mulheres nas políticas públicas através de conselhos se revelou expressiva e pode indicar maior disponibilidade na representação nesses espaços públicos. Caberia, então, uma reflexão sobre os interesses que motivam a participação de mulheres nos conselhos estaduais no Piauí. Elas têm mais tempo para fazer política de representação nos conselhos? Preocupam-se mais com os problemas sociais? Ou essa atividade os homens não dão devida importância? Considerando que as mulheres têm ocupações ostensivas e muitas com tripla jornada, trabalham dois expedientes e ainda

¹ Novamente se identificou uma distorção no total dos conselheiros apresentado na legislação e os indicados nos questionários. Porém, aqui foi considerado o quantitativo de conselheiros indicados nos questionários.

cuidam de casa e de filhos, a participação das mulheres nos conselhos estaduais no Piauí se mostrou relevante.

O gráfico 4 apresenta a periodicidade das reuniões realizadas pelos conselhos. Oito conselhos indicaram realização de reunião mensal, dois indicaram realizar reuniões quinzenais e outros dois encontros semanais. Somente um conselho indicou ter reunião trimestral e um não respondeu à questão. Os conselhos que realizam reunião mensal apresentam dinâmica de funcionamento mais estável e, conseqüentemente, são mais institucionalizados.

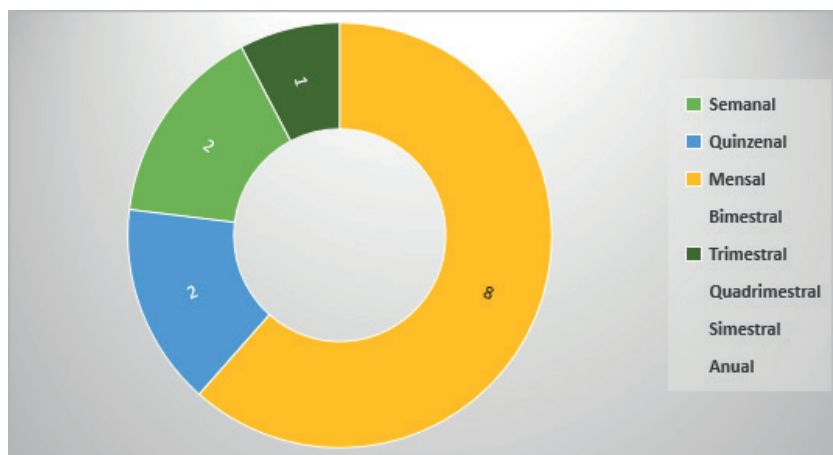


Gráfico 4 – Periodicidade das reuniões

Fonte: Elaboração do autor, 2018.

O gráfico 5 apresenta espaço-tempo na convocação das reuniões. Dos 14 conselhos pesquisados, nove afirmaram agendar reuniões anualmente, isto é, as atividades ordinárias são agendadas uma vez ao ano e ocorre mensalmente. Outros cinco conselhos indicaram agendar as atividades uma subsequente a outra. Os conselhos com reunião agendada anualmente apresentam dinâmica de funcionamento mais consolidada, pois os membros desses conselhos, com antecedência, tomam conhecimento da data de seu compromisso mensal. Já os conselhos que convocam reuniões subsequentes podem apresentar dificuldades no seu funcionamento, pois conselheiros podem apresentar indisponibilidade de agenda na data das reuniões.

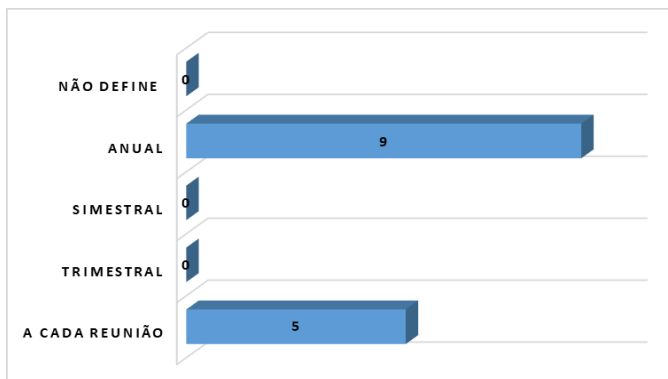


Gráfico 5 – Periodicidade da agenda de reuniões

Fonte: Elaboração do autor, 2018.

Quanto à divulgação da pauta de reunião, o gráfico 6 indica o total de conselhos que divulgam a pauta de reunião: até três dias antes da realização, quatro conselhos; outros quatro divulgam com até cinco dias de antecedência; apenas dois afirmaram que divulgam a pauta um mês antes e; um indicou divulgar com 15 dias antes da atividade.

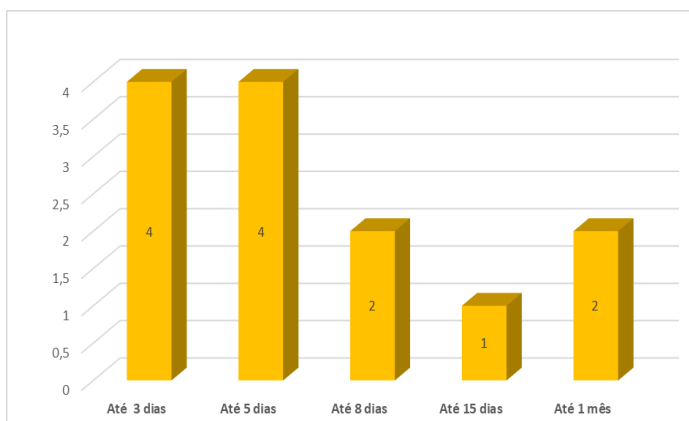


Gráfico 6 – Divulgação da pauta de reunião

Fonte: Elaboração do autor, 2018.

Cruzando informações de divulgação da pauta de reuniões com periodicidade da agenda de reuniões, observa-se que aqueles conselhos que antecipam a agenda de reunião com prazo acima de até três dias da realização e agendamento feito anualmente não sofrem prejuízos provocados pelo breve período de divulgação da pauta. Já os conselhos que convocam reunião subsequente e a pauta divulgada próxima a data de

reunião apresentam limites no processo de consolidação.

Quanto à publicização das deliberações e atos dos conselhos: quatro conselhos utilizam a imprensa oficial do Estado – Diário Oficial; três utilizam a internet e jornal escrito; um utiliza mural na sede do conselho e; dois disseram utilizar todos esses meios de divulgação. Outros quatro conselhos indicaram não divulgarem suas deliberações.

A divulgação das ações dos conselhos à sociedade é extremamente relevante no processo de consolidação desses espaços públicos. Quanto mais publicização, maior a possibilidade de reconhecimento e apoio da sociedade.

A frequência dos conselheiros às reuniões, conforme aponta o gráfico 7, nos dois grupos, governo e sociedade, apresenta frequência expressiva, na forma que indica os dados abaixo. Conselheiros dos dois grupos tem frequência às reuniões quase iguais.

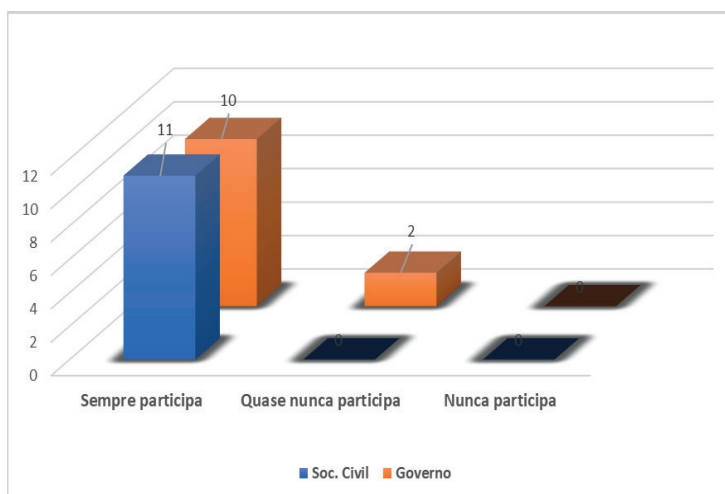


Gráfico 7 – Frequência nas reuniões

Fonte: Elaboração do autor, 2018.

Dos 14 conselhos pesquisados, 11 indicaram que os conselheiros da sociedade civil sempre participam das reuniões e 10 responderam que os conselheiros governamentais também têm participação assídua. Apenas dois conselhos apontaram que os membros governamentais participam raramente. Com base à frequência às reuniões, infere-se que, certamente, há compromisso dos conselheiros com os conselhos, pois quanto menos reuniões frequentam menor será seu compromisso com esses espaços públicos.

PARTICIPAÇÃO DOS MOVIMENTOS SOCIAIS NOS CONSELHOS

A pesquisa buscou conhecer as organizações tipo movimento social, igrejas, sindicatos, ONG etc., representantes da sociedade civil nos conselhos. Do total dos conselhos três não responderam essa questão (Conselho Estadual de Cultura, Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência e Conselho Estadual de Políticas Públicas sobre Drogas), outros 11 indicaram as organizações participantes no âmbito das acima mencionadas.

Sobre a participação dos representantes de movimentos sociais nos cargos de direção/ coordenação nos conselhos, verificou-se que a maioria ocupava o cargo de presidência, a exemplo do Conselho de Acompanhamento e Controle Social (FUNDEB), Conselho Estadual de Defesa dos Direitos Humanos, Conselho Estadual dos Direitos do Idoso. Para o cargo de vice-presidência foram encontrados o Conselho Estadual de Educação (CEE-PI), Conselho Estadual da Criança e do Adolescente e Conselho de Políticas de Combate à Pobreza do Estado do Piauí. Em outras situações, alguns responderam afirmativamente, mas não indicaram os cargos que ocupavam, a exemplo do Conselho da Pessoa Negra, Conselho Estadual de Saúde, Conselho Estadual de Economia Solidária e Conselho Estadual de Assistência Social. Os demais conselhos indicaram que, naquele momento não havia participação das organizações e movimentos sociais na direção do conselho. Nesse aspecto, pode-se observar, de forma rápida, que há participação das organizações da sociedade civil nas atividades de direção dos conselhos pesquisados. Contudo, não foi possível verificar o *modus operandis* dessa participação para especificar o quanto e com que qualidade os movimentos contribuem com a gestão desses espaços públicos.

Com relação a outras atividades, três conselhos afirmaram que as organizações participavam com sugestões, fiscalização dos serviços públicos, em eventos realizados e divulgação das ações dos conselhos. Três indicaram ainda as mesmas atividades e acrescentaram a participação do(a) representante nas reuniões. Um conselho indicou a participação com sugestão, fiscalização, apoio ao conselho e participação nos eventos realizados de cursos, seminários, reuniões, etc. Um conselho apontou a participação somente na fiscalização dos serviços públicos e na divulgação das ações. Mais um conselho indicou participação com representação, fiscalização dos serviços públicos e nos eventos realizados, enquanto outro indicou que participava somente nos eventos realizados. Em um conselho as organizações só participam com a representação e, um não respondeu a forma de participação das organizações.

Como se observa, a participação dos representantes dos movimentos sociais nos conselhos ocorre mais nas atividades administrativas, poucos afirmaram que realizam ações em torno do controle social na gestão pública. Neste último caso não ficou claro como essas ações são desenvolvidas. Porém, esta é a função que se espera dos movimentos sociais e entidades populares junto aos conselhos, sendo necessária para o cumprimento

do objetivo desses espaços públicos, de modo a possibilitar a participação de cidadãos nos diálogos da sociedade civil com o Estado. E, desse modo, possibilitando a efetivação das ações de controle social e de democratização da gestão estatal. Para tanto, faz-se necessário maior clareza e melhor internalização do papel de cada segmento que compõe os conselhos, dentre os quais os movimentos sociais, que precisariam repactuarem suas finalidades estratégicas para dinamizar o diálogo entre sociedade e Estado, contribuindo no aprimoramento das políticas públicas e fortalecimento dos movimentos sociais, num cenário que é de permanente disputa política.

INFRAESTRUTURA NOS CONSELHOS

As informações referentes às condições de funcionamento dos conselhos, relacionadas à infraestrutura disponível para realização das atividades, no gráfico 8, indica a quantidade de conselhos com sede própria (cedida, alugada) e sem sede. A maioria dos conselhos pesquisados, como se observa no gráfico, funciona em estabelecimentos cedidos.

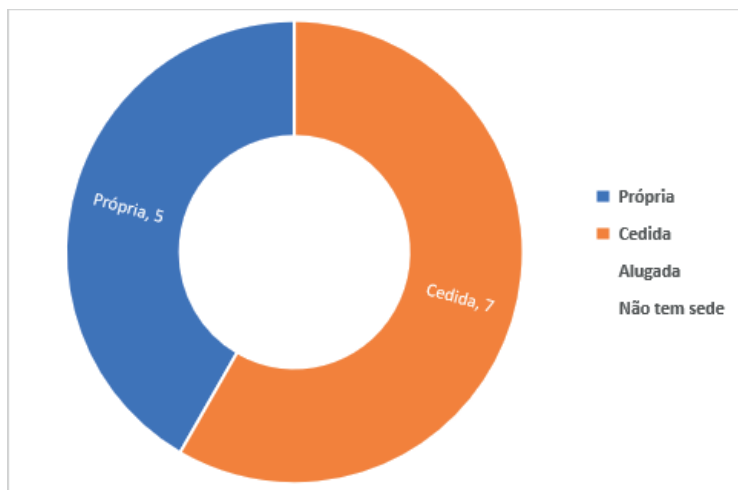


Gráfico 8 – Sede dos Conselhos

Fonte: Elaboração do autor, 2018.

Além de sede, outras informações foram apresentadas, tais como: material permanente, transporte, comunicação e recursos humanos. Aferiu-se que dez conselhos dispõem de linha telefônica, computador, impressora e acesso à internet; um conselho só tem computador, impressora e internet; três conselhos assinalaram que a infraestrutura de comunicação utilizada é do órgão público ao qual estão vinculados (Conselho Estadual

dos Direitos da Criança e do Adolescente, Conselho Estadual dos Direitos Humanos e Conselho Estadual dos Direitos da Juventude); seis conselhos indicaram ter ou dispor de carro para realização das atividades. No que se refere ao pessoal de apoio aos serviços, nove conselhos afirmaram ter funcionários cedidos por órgãos públicos e quatro disseram que tem funcionários terceirizados. Somente o Conselho Estadual dos Direitos Humanos (à época da pesquisa) alegou funcionar com infraestrutura precária.

No geral, é possível afirmar que os conselhos estaduais de políticas públicas do PI dispõem de infraestrutura básica de funcionamento, pois dispõem, inclusive, de uma sede compartilhada (Caso dos Conselhos) com espaço para abrigar sete conselhos, mas no momento somente cinco ocupam o local. Esse espaço passou por reforma, no segundo semestre de 2018, para adequar às necessidades dos conselhos e ocupar a capacidade total, adequadamente com mobiliário necessário ao funcionamento dos conselhos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados da pesquisa mostram aspectos de funcionamento e estrutura dos espaços de encontro entre sociedade e Estado, *locus* de peijas em torno de proposição, execução e fiscalização de políticas públicas no Estado do Piauí. Todos os conselhos pesquisados foram institucionalizados em leis específicas e a legislação de cada conselho define com clareza suas competências, sua composição, seu funcionamento e a política pública em que atua. Na composição, nem todos os conselhos são paritários; na maioria, os conselhos atuam isoladamente, cada um segue sua política; e alguns desses espaços públicos (a exemplo o criança e adolescente, combate à pobreza, assistência social, idoso, direitos humanos, economia solidária), dispõem, na lei, de fundos públicos para financiamento da política em que atuam.

Constatou-se a necessidade de alguns conselhos atuarem de forma articulada, superando isolamento e tentando construir interfaces entre políticas públicas, por exemplo: Conselhos da Criança e Adolescente, de Prevenção e Combate às Drogas, de Combate à Pobreza e de Economia Solidária que, em geral, todos atuam com o propósito de minimizar a vulnerabilidade social em populações carentes.

Constatou-se, também, discrepância entre competências legais e atuação dos conselhos, isto é, há uma legislação estadual avançada e inovadora que cria, normatiza, atribui competências, destina fundos públicos a conselhos que, colocada em prática, estariam os conselhos mais consolidados e maior alcance no processo de democratização da gestão pública.

E, por fim, a formação permanente de conselheiros se justifica pela alta rotatividade e porque parte deles desconhecem o funcionamento da política pública de sua área de atuação. São desafios de outrora, ainda presentes.

REFERÊNCIAS

ABERS, Rebecca; SERAFIM, Lizandra e TATAGIBA, Luciana. **Repertórios de Interação Estado-Sociedade em um Estado Heterogêneo: A Experiência na Era Lula**. DADOS - Revista de Ciências Sociais. Rio de Janeiro, Vol. 57, nº 2, 2014.

BRASIL. Constituição (1998). **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgado em 5 de outubro de 1988. 21ed. São Paulo: Saraiva, 1999.

DAGNINO, Eveline (Org.). **Sociedade civil e espaço público no Brasil**. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

FLEURY, S. Concentração e efetividade da ação política: o conselho de desenvolvimento econômico e social do governo Lula. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DEL CLAD SOBRE LA REFORMA DEL ESTADO Y DE LA ADMINISTRACIÓN PÚBLICA, 8. 2003, Panamá, **Anais...** Panamá, 2003.

GOHN, Maria da Glória. **Conselhos gestores e participação sociopolítica**. São Paulo: Cortez Editora, 2001.

INSTITUTO POLIS. **Movimentos sociais: os desafios da participação**. São Paulo: Pólis/PUC-SP, 2005.

PIAUÍ. **Decreto nº 17.083, de 3 de abril de 2017**. Regulamenta a Lei Federal nº 13.019, de 31 de julho 2014, para dispor sobre regras e procedimentos do regime jurídico das parcerias celebradas entre a administração pública estadual e as organizações da sociedade civil. Disponível em: <http://www.diariooficial.pi.gov.br/diario/201704/DIARIO04_27ef692e66.pdf>. Acesso em: 17 jul. 2018.

TATAGIBA, Luciana. Os conselhos gestores e a democratização das políticas públicas no Brasil. In: DAGNINO, Eveline (Org.). **Sociedade civil e espaço público no Brasil**. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

TEIXEIRA, Ana Claudia Chaves. A atuação das organizações não-governamentais: entre o estado e o conjunto da sociedade. In: DAGNINO, Eveline (Org.). **Sociedade civil e espaço público no Brasil**. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Adolescentes 8, 193, 194, 195, 196, 197, 198, 199, 200, 201, 202, 206

Alagoas 5, 7, 115, 117, 118, 123, 125

América Latina 41, 128, 129, 134, 135, 136, 137, 138, 139, 140, 141, 142, 143, 144, 145, 146, 147, 181, 192, 238

Ativismo 9, 213, 214, 216, 220, 221, 222, 223, 224, 228, 229

B

Biopoder 6, 23, 25, 27, 28

Brasil 8, 5, 6, 11, 12, 16, 17, 18, 21, 22, 29, 30, 33, 37, 39, 40, 41, 42, 44, 45, 48, 52, 56, 62, 63, 65, 79, 87, 90, 91, 93, 94, 97, 98, 100, 101, 114, 138, 150, 154, 155, 156, 157, 158, 159, 160, 161, 162, 163, 164, 167, 169, 170, 171, 173, 175, 176, 177, 178, 179, 180, 181, 183, 184, 185, 186, 187, 190, 191, 192, 193, 197, 198, 199, 200, 201, 202, 203, 204, 205, 206, 207, 211, 214, 215, 216, 218, 221, 222, 223, 226, 227, 228, 229, 230, 231, 239

Bumba meu boi 7, 103, 104, 105, 107, 108, 111, 113, 114

C

Capital 4, 17, 20, 31, 61, 82, 118, 125, 126, 127, 148, 150, 151, 152, 153, 154, 155, 156, 157, 158, 159, 160, 166, 167, 169, 170, 171, 180, 181, 190, 195, 202, 232, 234, 235

China 9, 62, 190, 232, 233, 234, 235, 236, 237, 238, 239, 246

CNPIR 9, 213, 214, 216, 217, 219, 220, 221, 222, 228, 229, 230

Controle Social 7, 24, 27, 55, 58, 64, 67, 68, 70, 76, 77, 215

Coronavírus 7, 62, 63, 65, 115, 233, 239

Crimeia 9, 240, 241, 242, 246, 248, 249

Cuba 9, 134, 135, 138, 139, 141, 143, 144, 232, 233, 234, 235, 236, 237, 238, 239

D

Democracia 7, 9, 51, 52, 53, 65, 67, 128, 129, 130, 131, 132, 133, 134, 135, 136, 137, 139, 140, 143, 144, 145, 146, 147, 149, 152, 154, 156, 213, 214, 215, 219, 220, 221, 223, 224, 226, 227, 228, 229, 230, 231, 233, 234, 235

Desenvolvimento 6, 8, 1, 2, 6, 9, 11, 13, 15, 20, 40, 42, 44, 45, 52, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 64, 65, 66, 79, 80, 84, 85, 87, 89, 90, 91, 98, 103, 118, 128, 129, 130, 131, 144, 145, 146, 147, 150, 151, 153, 154, 155, 158, 159, 163, 169, 170, 177, 180, 181, 183, 196, 197, 200, 205, 207, 210, 211, 212, 217, 233, 234, 238, 246, 253

Desigualdades 7, 9, 20, 49, 57, 63, 115, 118, 168, 198, 199, 201, 202, 209, 232, 233, 236, 237

E

Economia Solidária 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 69, 72, 76, 78

Educação do campo 35, 39, 40

Envelhecimento 8, 172, 173, 174, 175, 181, 191

Estado 7, 8, 1, 2, 3, 5, 8, 10, 15, 17, 18, 20, 21, 22, 24, 25, 26, 27, 29, 31, 32, 33, 35, 37, 39, 43, 44, 47, 50, 54, 55, 57, 58, 59, 60, 62, 63, 64, 65, 67, 68, 69, 70, 72, 75, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 89, 90, 91, 93, 96, 97, 99, 117, 118, 124, 125, 126, 127, 129, 133, 136, 142, 150, 151, 152, 153, 154, 155, 156, 157, 158, 159, 162, 166, 167, 173, 175, 180, 182, 183, 184, 185, 191, 194, 195, 197, 198, 199, 200, 201, 202, 204, 205, 206, 208, 209, 211, 215, 221, 222, 224, 226, 227, 229, 235, 237, 240, 241, 242, 243, 244, 245, 247, 248

F

Famílias 8, 38, 84, 85, 87, 89, 96, 117, 173, 177, 178, 179, 180, 188, 203, 204, 205, 206, 207, 208, 209, 210, 211, 212

G

Gênero 20, 21, 23, 24, 26, 27, 28, 30, 31, 32, 33, 37, 41, 42, 43, 44, 46, 49, 50, 52, 53, 72, 174, 245

Geografia Cultural 103, 104, 105, 107, 113, 114

Gestão Democrática 8, 54, 64, 161, 162, 163, 164, 165, 167, 168, 169, 170

Guerra Híbrida 9, 240, 243, 244, 245, 246, 247, 248, 249

L

LGBTI 46, 48

Liberdade 7, 16, 18, 42, 45, 50, 128, 129, 134, 135, 142, 143, 144, 145, 146, 147, 153, 154, 167, 168, 171, 198, 200, 202, 214, 216

Luta 6, 7, 5, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 50, 84, 87, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 98, 100, 151, 170, 209, 210, 213, 214, 216, 217, 219, 220, 221, 222, 225, 226, 227, 228, 229

M

Maranhão 5, 7, 12, 45, 80, 92, 93, 95, 96, 97, 99, 100, 101, 103, 104, 105, 106, 107, 108, 111, 113, 114, 167

Mobilização Política 7, 92, 93, 94

Movimentos Sociais 5, 6, 5, 11, 12, 13, 16, 18, 19, 20, 21, 35, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 45, 68, 69, 76, 77, 79, 87, 95, 96, 97, 99, 213, 215, 219, 222, 223, 224, 225, 227, 228, 229

Mulheres 6, 13, 18, 21, 25, 27, 29, 32, 33, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47,

48, 49, 50, 51, 52, 53, 72, 73, 104, 106, 126, 174, 176, 218, 219, 225

N

Negócios 7, 115, 116, 117, 119, 120, 122, 123, 124, 125, 153, 183, 246

Neoliberalismo 150, 153, 154, 156, 159, 160

P

Paisagens Culturais 7, 103, 104, 108, 113

Pandemia 7, 11, 55, 62, 63, 64, 66, 115, 116, 117, 118, 120, 122, 126, 172, 180

Participação Social 9, 5, 56, 213, 214, 215, 216, 217, 220, 223, 224, 226, 227, 228, 230

Patriarcado 23, 25, 26, 27, 28, 29, 31, 33, 46, 48, 50, 51

Piauí 5, 6, 7, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 63, 64, 65, 67, 68, 69, 72, 73, 76, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 89, 90, 91, 101, 172, 193, 202, 203

Planejamento 6, 8, 2, 6, 40, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 63, 64, 65, 118, 124, 161, 162, 164, 166, 167, 168, 169, 170, 171, 192, 217, 237

PNAS 8, 173, 177, 203, 204, 205, 207, 210, 211

Pobreza 8, 55, 57, 71, 76, 78, 95, 159, 193, 194, 195, 196, 197, 198, 199, 200, 201, 205, 206, 209, 223, 224, 244

Poder 2, 5, 14, 17, 24, 25, 27, 28, 29, 30, 31, 33, 38, 40, 42, 44, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 53, 55, 57, 58, 59, 64, 67, 69, 70, 107, 118, 131, 132, 136, 145, 151, 154, 157, 162, 164, 165, 170, 174, 175, 215, 217, 226, 228, 230, 234, 235, 239, 242, 245

Política 2, 5, 6, 7, 8, 3, 5, 7, 14, 16, 17, 18, 19, 21, 26, 28, 31, 36, 37, 38, 41, 43, 44, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 55, 56, 69, 71, 72, 77, 78, 79, 80, 81, 83, 84, 85, 87, 89, 92, 93, 94, 95, 96, 98, 99, 100, 101, 104, 108, 136, 137, 144, 146, 147, 151, 152, 154, 155, 156, 157, 158, 159, 160, 162, 163, 165, 166, 168, 169, 170, 171, 172, 173, 176, 177, 179, 180, 185, 192, 203, 204, 205, 206, 207, 208, 210, 211, 212, 215, 219, 220, 222, 223, 225, 226, 227, 228, 229, 230, 231, 234, 235, 238, 240, 243, 244, 247, 248, 249, 253

Políticas públicas 7, 1, 2, 7, 39, 40, 44, 46, 49, 51, 54, 55, 56, 57, 63, 64, 65, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 77, 78, 79, 98, 99, 161, 163, 164, 165, 166, 167, 170, 171, 172, 173, 175, 177, 178, 188, 194, 198, 199, 200, 201, 203, 205, 211, 213, 214, 215, 216, 217, 221, 222, 228

Previdência 36, 117, 182, 183, 184, 185, 186, 187, 188, 191, 192, 205, 225

Proteção social 8, 150, 153, 159, 172, 173, 177, 178, 179, 180, 181, 203, 204, 205, 206, 207, 208, 209, 210, 211, 212

Q

Quilombolas 7, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 98, 99, 100, 101, 102

R

Recoopsol 6, 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10

Reforma Agrária 7, 18, 36, 80, 81, 87, 89, 90, 91, 235, 237, 238

Representatividade 6, 46, 48, 49, 50, 51, 52, 56, 119, 126

Rural 35, 40, 41, 45, 56, 65, 80, 81, 85, 86, 87, 90, 91, 92, 159, 167, 170

Rússia 240, 242, 243, 246, 248, 249

S

Socialismo 50, 160, 232, 234, 236, 237, 238

T

Território 1, 3, 4, 6, 8, 9, 24, 55, 56, 59, 60, 61, 64, 65, 66, 89, 95, 96, 101, 105, 116, 166, 169, 176, 178, 206, 210, 246, 249

Trabalho 5, 8, 1, 2, 3, 4, 6, 8, 9, 10, 11, 13, 14, 16, 17, 20, 25, 36, 37, 41, 46, 63, 65, 67, 68, 81, 92, 93, 97, 100, 103, 104, 117, 118, 122, 123, 124, 126, 128, 129, 134, 136, 142, 146, 147, 150, 151, 152, 153, 159, 160, 172, 173, 174, 175, 177, 178, 181, 182, 183, 189, 190, 192, 195, 198, 202, 203, 204, 205, 206, 207, 208, 209, 210, 211, 212, 217, 223, 231, 232, 233, 236, 237

U

Ucrânia 240, 241, 242, 243, 246, 247, 248, 249, 251

V

Violação de direitos 173, 175, 176, 178, 179, 180, 194, 197, 200

Violência 8, 25, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 42, 44, 50, 89, 111, 159, 172, 173, 175, 176, 178, 179, 180, 181, 198, 200, 201, 202, 221, 222, 226, 235, 243, 245, 249

Ciência Política: Poder e Establishment 2

www.atenaeditora.com.br 

contato@atenaeditora.com.br 

[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora) 

www.facebook.com/atenaeditora.com.br 

Ciência Política: Poder e Establishment 2

www.atenaeditora.com.br 

contato@atenaeditora.com.br 

[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora) 

www.facebook.com/atenaeditora.com.br 